

Repelindo uma infâmia

A União Operária Nacional (2.ª secção) convocou, para a última segunda-feira, uma reunião de todas as associações e jornais operários, afim de aí serem apreciadas umas calúnias bolsadas por criaturas sem escrúpulos, sobre o carácter do nosso camarada Manuel Joaquim de Sousa, cujas criaturas infamemente o acusavam de ele ter defraudado o cofre de *A Libertadora* (Associação de Classe dos Tanoeiros) em 200\$ escudos.

Aberta a sessão às 22 horas, sob a presidência do camarada Lourenço Peixoto, secretariado pelos camaradas Albano Pinto e João Bastos, verificou-se estarem presentes os delegados das seguintes colectividades: — *Refinadores de Açúcar, Mecânicos em Madeira, Fabricantes de Calçado, Carruageiros, Fiandeiros, Ourives de Prata, Marceneiros, Tecelões de Seda, Pintores, Fosforistas, Electricistas, Carpinteiros, Ourives, Guardasoleiros, Sapateiros da Póvoa de Varzim, Estudadores, Sapateiros de Penafiel, Empregados do Comércio, Chapeteiros de Braga, Litógrafos, Pedreiros, Tamancueiros, Mineiros de S. Pedro da Cova* e o semanário *A Aurora*.

A seguir o camarada Maciel Barbosa, lê dois extensos relatórios, um da *Associação dos Sapateiros* e outro de *A Libertadora*, associação onde M. J. de Sousa foi cartorário. Esses dois relatórios provam dum forma iniludível que este nosso camarada nunca tiron nem um ceñil da Associação em referência.

Serafim Cardoso Lucena fazendo uso da palavra principia por escarpelizar os indivíduos que, por ódio de partido e de seita, pretendiam atirar à lama um homem que tantos serviços tem prestado à organização operária. Lamenta que esses factos se dêem entre a família trabalhadora, e repele a campanha baixíssima que os especuladores políticos desejavam fazer com esse caso miserável.

Quando a *Libertadora* exigiu a M. J. de Sousa um fiador de 100 escudos, ele, orador, pronfificou-se imediatamente a isso, porque tinha a plena certeza de que esse camarada além de ser um carácter, era um daqueles indivíduos que preferiria mais morrer à fome, juntamente com sua família, do que retirar 5 reis do cofre da Associação onde era empregado.

Os trabalhos que acabais de ouvir ler foram adquiridos pela Associação dos Sapateiros, porque esta associação, de que ele era seu membro activo, tinha a certeza absoluta de que o seu consócio era incapaz de come-

ter o acto de que publicamente o acusavam certas criaturas contra cuja estôfa moral os trabalhadores devem acautelar-se.

A campanha contra M. J. de Sousa, obedece, portanto a rancores meramente pessoais e a fins retintamente políticos e de seita. Assente em falsidades, essa campanha, parece obedecer a ordens das classes burguesas, visto que essas classes teem todo o interesse em liquidar os indivíduos que pelo seu procedimento e pela sua honestidade só trabalham em benefício dos deserdados. Apreciem, pois, todos esses documentos os delegados aqui presentes, e lavrem depois o seu veridito.

Maciel Barbosa, diz que em um jornal político da Póvoa de Varzim, saíram essas calúnias à luz de publicidade. M. J. de Sousa enviou para o mesmo jornal uma cópia dum documento que lhe forneceu *A Libertadora*. O jornal publicando-o dizia que ele era falso. Ora, meus amigos, como é que pode ser falso um documento devidamente autenticado com o respectivo carimbo?

José Alves lamenta que os indivíduos que acusaram na imprensa M. J. de Sousa, não se encontrem nesta sala para dizerem da sua justiça.

O presidente diz que dará ampla liberdade a qualquer indivíduo para se manifestar sobre o assunto, isto para não dizerem lá fora que a questão foi votada de afogadilho.

José Alves, continuando no uso da palavra, alvitra que em virtude de serem feitos convites especiais aos acusadores de M. J. de Sousa, e eles não estarem presentes nem justificarem a falta, a assembleia espere mais 8 ou 15 dias que eles venham afirmar frente aquillo que dizem pelas costas.

Mendes Gomes diz que não seria preciso organizar-se este tribunal de honra se não fossem os tortalhos que aparecem por aí a entrayar a marcha da organização operária. M. J. de Sousa, está provadissimo, não roubou como alardearam certos patifes que se acobertam sob a bandeira do movimento operário.

Não concorda em que se fique por aqui, por que se fica em meio. Os caluniadores são mais do que se supõe. Pode meia dúzia deles trabalharem mais na calúnia, mas os outros aprovam tácitamente os seus manejos não os expulsando. Aqui há mais alguma coisa do que a difamação a M. J. de Sousa: há a guerra a escolas, a ideias. E visto que assim é, precisa-se de discutir isto, descobrirem-se os caluniadores que

seio multítilos, desmascaramos e põ-los à margem definitivamente, para que a classe trabalhadora cambie para a frente.

Albano Pinto diz que ouviu a David João de Oliveira as seguintes palavras: «*arrependido da parte que me cabe nas calúnias bolsadas sobre M. J. de Sousa, tenciono salvar, pela imprensa, a minha dignidade, dando o dito por não dito.*»

Lucena diz que Paulo da Silva Ferreira lhe afirmara que Luis Cândido Pereira o censurou por ele publicar nos jornais uma declaração ilibando M. J. de Sousa das acusações que lhe moviam. Por aqui se prova que havia um grande interesse em desprestigiar o referido camarada.

Mendes Gomes propõe que se envie ao órgão socialista do Norte o resultado desta reunião a ver o que a redacção respondia: se estava de acôrdo com os caluniadores ou se estava contra eles.

Delfim da Silva diz que há grande dificuldade em se saber

quem são os caluniadores: estes quando pretendam ferir qualquer individualidade valem-se sempre do anonimato, da influencia que teem nas associações, dos amigos políticos e de tudo mais para atirarem a pedra e esconderem a mão. Em sua consciencia, M. J. de Sousa é um carácter integro incapaz de cometer o acto de que o acusam. Assim, segundo a sua opinião, o que se deve dar é o desprezo aos caluniadores e aos patifes. E para concluir é de parecer que vá uma comissão a *Voz do Povo* intimar a redacção daquele jornal a declarar quem foram os indivíduos que levaram lá as difamatórias noticias, ou quem é o responsável por elas, ou retratar-se. Se lá se recusarem a fornecer os nomes então já sabemos de onde provém a canalhice, a infâmia, a calúnia.

Por fim foi aprovada a comissão, que ficou composta dos camaradas Delfim da Silva, Serafim Lucena e Lourenço Peixoto e encerrou-se a sessão eram 24 horas.

REFLEXOS DA CONFLAGRAÇÃO

Em Lisboa realizou ultimamente uma conferência o jornalista e socialista espanhol sr. Fabra Ribas. A conferência versou sobre a conflagração e as afirmações do conferente, sendo de carácter essencialmente intervencionista, é que me levam a fazer-lhe considerações.

Fabra Ribas começou por repudiar a atoarda da falência do Socialismo; e como esta *blague* partiu das hordas reaccionárias, o conferente, numa vibrante exclamação oratória, afirma que a falência não é do Socialismo mas sim do Cristianismo que em vinte séculos de existência e praticabilidade não pôde nem soube evitar a carnificina. Neste ponto escusado será pararmos em controvérsia, visto que a nossa opinião sendo uniforme dispensa toda a discussão. Mas logo a seguir Fabra Ribas dá aso a nossa contradita, pois que, afirmando ser a guerra um facto consumado e iniludível (e quem é que o procura iludir?) nós, os socialistas, temos de, em relação a ela, tomar uma atitude, definir um critério.

Ora essa, sr. Fabra Ribas! O sr. é como tantos outros desvaivado por um sentimentalismo-plegas que uma educação retrógrada, viciada, tarada de hereditariedade e ancestralismos lhes inoculou, embora estes defeitos estivessem por falta de ambiente próprio, que agora se proporcionou, amodorrados sob uma camada de progresso ascendente, o qual todavia não logrou desvanecer

aqueles atributos... retrospectivos. Pois compreende-se de outra forma o pensamento do sr. Ribas?

Como tomar uma atitude, se a nossa atitude, a única compatível com o nosso modo de ser desde há muito, desde sempre, estava directa e logicamente indicada? As nossas afirmações antimilitaristas, a nossa propaganda antiguerrista não eram porventura o reflexo da nossa atitude, a própria exteriorização do nosso pensamento? Nós não fomos de encontro à guerra; ela, sim, é que veio de encontro a nós e, portanto, quando chegou encontrou-nos preparados, municiados, com as armas iminentemente substanciosas dum negativismo guerrista e belicoso. Produziu-se é certo uma transformação no ambiente da Ideia, ou antes: em certos apóstolos da Ideia, os quais, sofrendo da perturbação enormissima do momento se deixaram embalar na barcaça do patriotismo, alegando o pretexto da agressão premeditada dos germanos. E tanto assim é que o próprio Fabra Ribas, como os demais intervencionistas, reconhece que «todas as potências teem responsabilidades no conflito, porque todas elas defenderam, talvez com exagêro, os seus interesses nacionais. Admiramos, por estupeção, a prosápia do sr. Ribas quando, empinado na infalibilidade dos seus conceitos (mas que ricos conceitos!) afirma sermos nós teóricos e simplistas, só porque atribuímos ao capitalismo e

consentido ao capitalismo, mercantilista, industrialista, mercantilista, em suma a oligarquia capitalista em geral a causa e a responsabilidade do conflito. Mas não, diz o sr. Fabra Ribas; embora o capitalismo exercesse uma grande intervenção (registai oh! gentes) ele não foi a única entidade propulsora: «a despeito da fase de civilização em que nos encontramos, há ainda ódios de raça, resíduos do passado, paixões, revivescências de imperialismos» Que estas qualidades de selvagismo actuassem na grande massa dos povos beligerantes é justificável visto a ignorância dos mesmos ser um facto comprovado; mas que os excelsos intelectuais da Ideia e do Internacionalismo, sem excepções de nacionalidades, se deixassem dominar pelo mesmo defeito é que é motivo para surpreender. É claro que essa surpresa é simplesmente relativa, provado como está que todos os actos do homem obedecem a um determinismo imperativo, o que, em boa lógica, quer dizer que pesaram mais os defeitos supracitados que os progressos ascendentes e racionais, que adornavam os tais intelectuais. Logo, temos de concordar que a falência não foi somente da Igreja e do Cristianismo, mas também das élites pretensamente progressivas que, apregoando um internacionalismo pura forma, caíram no contrasenso, dum nacionalismo obstrucionista e fanfarrão.

Este facto foi (creiam-no todos os senhores guerristas) que levou a burguesia internacional a afirmar a falência do internacionalismo. Faliram os homens, mas os princípios conservam-se intangíveis, posto que levemente ofuscados pela afronta algo importante dos seus falsos propagandistas.

Como disse alguém, o internacionalismo está sofrendo uma depuração renovadora e eficaz; e logo que termine o conflito, a verdade há-de ressaltar espontânea fazendo avultar toda a responsabilidade dos que não souberam resistir à loucura. E aqui eu dou razão ao sr. Fabra, quando diz que o socialismo não é todo igual na qualidade. Os guerristas fabricaram para si um internacionalismo via reduzida que pretendem seja o verdadeiro; os teóricos esperam que o futuro lhes faça justiça proclamando-os como verdadeiros internacionalistas se já é que não estão proclamados.

Para terminar estas singelas e desprezenciosas considerações, resta-me registar a ingenuidade do sr. Fabras no ponto em que afirma ter a Inglaterra intervido na conflagração levada pela comiserção sentida para com a Bélgica e pelo supremo amor que tem pelos tratados (ah! santa ingenuidade!)

Além da falta de equilíbrio e estimável se atendermos ao facto de Ribas oferecer um almoço ao sr. Zé do Vale, o que prova bem inludivelmente quanto é grande a concepção lunática do socialista espanhol, acamaradando com tais conspícuos cidadãos, com tam preclaras e clarividentes individualidades, cujos feitos e acções dum sabor acentadamente vinhático e abjecto são a maior prova, a mais reumbante afirmação dos aereísmos dos infalíveis e imortais cavalheiros.

O sr. Val e o sr. Ribas!... É caso pra' dizer: os extremos trocam-se!

J. S.

CARTA DE BARCELONA

27 de julho.

As consequências da conflagração europeia. Afambarcadores, agiotas e senhores coligados na rapacidade. Greves. Arbitrariedades. A Censura.

A guerra europeia trouxe à classe operária um maior grau de miséria, de luto e de dor. Enquanto os argentários, os comerciantes e industriais enriquecem, aumentam a fome e as privações nos lares proletários. Isto nos países que não entraram ainda na contenda, porque nos beligerantes cresce ainda a perda de milhares de vidas e o conseqente desamparo de viúvas, de órfãos, de velhos pais que não possuíam outro recurso para viver senão os seres que na guerra perderam a vida, ou ficarem para sempre inutilizados!

São as consequências do actual sistema social que hão-de subsistir enquanto as causas não forem destruídas. E como o mal é geral, produz actos de revolta mais ou menos intensos em todos os países, beligerantes ou não, sempre desvirtuados pela imprensa mercenária, e outros propositadamente esquecidos. Espanha, pois, não podia constituir excepção. Antes pelo contrário. O mal estar, a miséria são ainda agravados pelas arbitrariedades e violências por parte das autoridades.

As greves produzem-se quase quotidianamente, ora numas localidades, ora noutras. Não me referirei nesta carta, feita à pressa, a todos os movimentos, mesmo porque seria necessário ocupar grande espaço, e a «Aurora», graças à ambição dos fabricantes de papel, é pequena...

A greve que mais terror causou aos governantes foi a dos ferroviários. Não porque tivessem intuições políticas, como, segundo o Clemente, noticiaram os jornais portugueses; mas sim porque, além dos prejuízos que as greves desta natureza sempre causam à burguesia, os governantes viam naquella greve um início de greve geral em todo o país.

A assembleia de delegados de Valência havia deliberado promover um movimento geral da classe operária para reclamar uma larga amnistia para os presos por delitos de greve, de imprensa, etc. Estavam convocados comícios para o dia 16, nos quais se devia deliberar em definitivo. Era a preparação para a greve geral com todas as suas consequências.

A greve dos ferroviários foi o pretexto para o governo proclamar o estado de guerra, a fim de fazer gozar o movimento, afogá-lo em sangue, em caso de necessidade, se etc se tentasse fazer, como o prova o facto de serem logo presos os delegados que compunham o comité da assembleia de Valência, que dirigia esse movimento.

A greve dos ferroviários não podia ser mais pacífica e legalista. As suas reclamações nada tinham de exorbitantes e em nada roçavam pela política.

Reclamavam: o cumprimento da lei do descanso dominical; a abolição da lei militar dos ferroviários; o passe de livre circulação; o aumento de 150 pesetas anuais aos empregados, cujos salários não excedessem 2.500 pesetas; e 50 centimos diários pagos a jornal, além de outras petições de somenos importância.

Estas reclamações já as vinham fazendo há meses. E a Companhia para evitar a greve, atendeu a algumas de carácter moral, como havia igualmente estabelecido uma certas gratificações. Mais tarde prometeu aumentar aos salários, mas retirava as gratificações. Deste modo ficariam os ferroviários a ganhar menos... Era o escárneo!

Porque enquanto assim procedia com o pessoal menor, ao pessoal superior aumentava-lhe os já chorudos ordenados...

A greve foi, pois, inevitável. Fizeram-na, porém, com todo o formulário da lei, dando assim tempo ao governo e à Companhia para se prevenir. Contudo foi um movimento grande, onde se notou um accentuado espirito de solidariedade e energia.

E se não fossem as violências de governo e a corrupção por parte da Companhia, a vitória seria completa. Assim, enquanto Romanones, à semelhança do socialista Briand, ordenava a mobilização dos ferroviários reservistas para, na qualidade de militares, serem obrigados a servir a Companhia, esta procurava subornar os grevistas de que mais necessitava, oferecendo-lhes salários de 50 pesetas diárias!

Poucos se aproveitaram do oferecimento; e os ferroviários que se recusaram a trabalhar como reservistas foram às centenas.

Estes, logo que foram mobilizados declararam que o Estado não os podia forçar a trabalhar, como soldados, em empresas particulares. E quando, nas estações, algum empregado superior lhes ordenava qualquer serviço, recusavam-se, alegando que, como militares, só a superiores militares obedeceriam. Como não havia engenheiros militares que chegassem para tudo, o serviço continuava parado...

O governo, como desforço, ordenava a sua prisão e os carcereiros militares encheram-se. No Castelo de Montjuich encarceraram cerca de 400.

Ao mesmo tempo que estas violências se punham em prática, eram proibidas as reuniões públicas, a imprensa coacta, sujeita a censura. O terror havia invadido as esferas governamentais. De várias localidades vinham notícias, que a censura não deixava publicar, de que outras indústrias se declaravam em greve. Parecia que se caminhava para a greve geral tam temida pelos governantes.

Mas a União Geral dos Trabalhadores e alguns ferroviá-

rios parece que também aterrorizaram e foram propositadamente a prediação do Instituto de Reformas Sociais. Postos em liberdade os ferroviários presos, foi dada por finda a greve... com a promessa de que o acôrdo a que chegasse o Instituto seria imposto às duas partes pelo governo.

Qual será o acôrdo? Ainda não se sabe. Mas o que já é certo é que a Companhia declarou que não consentia que no seio daquele Instituto se discutisse a questão, ficando ela, entretanto, com inteira liberdade de acção no futuro.

É significativo...

(Continua).

ARMANDO DA SILVA.

HERVÉ E LIEBKNECHT

Hervé tem o descaramento de se comparar modestamente a Liebknecht, lembrando as condenações simultâneas de ambos por crime de antimilitarismo, mas esquecendo-se, como lho diz «Ce qu'il faut dire», «de que Liebknecht se manteve fiel ao seu antimilitarismo, ao passo que o director de «La Victoire» renegou o seu, justamente no momento em que se tornava realmente perigoso não o largar».

Convém, entretanto, registar uma passagem do artigo de Hervé, porque desfaz uma calúnia de que muita gente se fez fácil eco, não se sabe bem com que intuios:

«E sem razão que entre nós se espalha o boato de Liebknecht ter ido a Bruxelas, em Agosto de 1914, tentar amansar os operários belgas, incitando-os a aceitarem o facto consumado e a trabalharem para a Alemanha: os nossos camaradas belgas, que nesse tempo não tinham nem trem ainda almas de pacifistas balantes e de zimmerwaldistas, tê-lo-iam pôsto fora da Bolsa de Trabalho a pontapés em certo sitio; ora, após as suas explicações, eles consentiram em lhe apertar a mão, como eu lha hei-de apertar a primeira vez que o encontrar».

«Ce qu'il faut dire» comenta:

«... Sem ter consultado Liebknecht, podemos afirmar que, se um dia Hervé tivesse a desfaçatez de lhe estender a mão, era com um pontapé em certo sitio que Liebknecht havia de responder a esse ultraje. A mão dum Liebknecht não se fez para apertar a pata — hoje bem untada — dum Hervé».

Se Liebknecht, em Bruxelas, tivesse procedido como qualquer Hervé e se lá estivessem zimmerwaldistas ou anarquistas, estes teriam adoptado a mesma forma de expulsão pouco suave. Mas teriam feito o mesmo a qualquer outro Hervé, que tivesse pregado obediência a qualquer outro governo.